

O MODERNO E O TRADICIONAL NO AGRESTE DE PERNAMBUCO

The Modern and the Traditional in the agreste of Pernambuco

Elisabeth Cavalcante dos Santos¹

Diogo Henrique Helal²

RESUMO

O ensaio tem como objetivo realizar discussão teórica sobre como tem se configurado a modernidade no Nordeste brasileiro e, em particular, no Agreste de Pernambuco, avaliando sua construção histórica e social. Partimos do pressuposto que a modernização se deu de forma híbrida nessas realidades sociais, mesclando elementos modernos e tradicionais. Concluimos que no Nordeste foi possível observar ações modernizantes do Estado ao longo de sua história que se mesclam com ações tradicionais de família e de classe. Destacamos, por fim, que, no Agreste de Pernambuco, a principal marca do hibridismo é a convivência de modos informais e precários de trabalho com o crescimento econômico da região e consequentes exigências por profissionalização.

PALAVRAS-CHAVE: Moderno. Tradicional. Hibridismo. Nordeste Brasileiro. Agreste de Pernambuco.

ABSTRACT

The essay aims to conduct theoretical discussion of how modernity has set up in the Brazilian Northeast and in particular in the Agreste of Pernambuco, evaluating its historical and social construction. We assume that the modernization occurred in hybrid form these social realities, blending traditional and modern elements. We conclude that in the Northeast was possible observed modernizing actions of the State throughout its history

¹ Professora Adjunta do Núcleo de Gestão do CAA/ UFPE; Pesquisadora do Grupo de Estudos e Intervenções do Agreste (GEIA); Doutora em Administração pelo PPGA/ UFPB; E-mail: elisabethcsantos@gmail.com.

² Pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ/ MEC); Professor no PPGA/UFPB; Doutor em Ciências Humanas pela UFMG; E-mail: diogohh@yahoo.com.br.

that blend with traditional actions of family and class. We emphasize, finally, that in the Agreste of Pernambuco, the main brand of hybridism is the coexistence of informal and precarious forms of work with the region's economic growth and consequent demands for professionalization.

KEYWORDS: Modern. Traditional. Hybridism. Brazilian Northeast. Agreste of Pernambuco.

Data de submissão: 14/01/2017

Data de aceite: 07/11/2017

1 INTRODUÇÃO

No contexto das sociedades periféricas, com forte influência da cultura colonial, como é o caso da América Latina (ALCADIPANI et al., 2012; IBARRA-COLADO, 2006), a modernização assume dimensões peculiares, dado o processo histórico, social, cultural e econômico desse espaço. Sobre este contexto, Canclini (2013) fala sobre uma sinuosa modernidade latino-americana, marcada por justaposições e entrecruzamentos entre tradições indígenas, hispanismo colonial católico, e ações políticas educativas e de comunicação modernas, causando uma mestiçagem interclassista, ou, como ele nomeia, uma heterogeneidade multitemporal.

Para o autor, neste contexto, predominam formações híbridas, que mesclam elementos modernos e tradicionais. Em suas próprias palavras, a hibridação estaria relacionada a “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (CANCLINI, 2013, p. XIX). Somente a partir dessa noção de hibridismo é possível discutir sobre processos globalizantes em contexto de analfabetismos, estruturas econômicas e hábitos políticos pré-modernos.

Essa noção de hibridismo se aplica ao contexto brasileiro, que vivenciou uma modernização seletiva desde sua formação, de acordo com Souza (2000). Isso porque, para o autor, os valores modernos europeus foram inseridos na sociedade colonial brasileira quando esta já possuía certa ordem social estabelecida, baseada no poderio da família patriarcal e nas relações de proximidade entre senhores e escravos.

No contexto do Nordeste brasileiro e do Agreste pernambucano, por sua vez, este hibridismo que marca as realidades periféricas é ainda mais evidente, uma vez que estas localidades foram historicamente

tidas como atrasadas em relação às regiões posicionadas ao sul do país. Particularmente no contexto do Agreste pernambucano, vem se desenvolvendo recentemente um alto crescimento econômico proveniente das atividades relacionadas à indústria têxtil, crescimento este que vem atrelado com exigências modernizantes, mas que não se desvincula das tradicionais formas de organização do trabalho, marcadas pela informalidade e precariedade (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013).

Observadas estas questões iniciais, buscamos no presente ensaio realizar discussão teórica sobre como o hibridismo entre elementos modernos e tradicionais tem constituído o Nordeste brasileiro e o Agreste pernambucano ao longo de sua construção histórica e social.

2 MODERNIDADE

Antes de assumirmos a noção de hibridismos entre moderno e tradicional, é importante entender o que é considerado moderno e tradicional. Neste trabalho, optamos por trabalhar com a noção de modernidade de Weber (2005, 2014), autor comumente associado à corrente do individualismo metodológico que, para Elster (1989), refere-se à compreensão dos fenômenos sociais (sua estrutura e mudança) a partir de aspectos individuais, ou seja, suas características, fins e crenças. Entendemos que Max Weber se aproxima de tal individualismo metodológico, mas sua perspectiva não se limita apenas à lógica individual, como propõe essa corrente, mas também às estruturas construídas na ação social. Para Allan (2004), em seus escritos, Weber está interessado em explicar as relações entre valores culturais, orientações dos atores e estrutura social, e nenhum destes elementos seria particularmente determinante para este autor.

Para Weber (2005, 2014), o que caracteriza a modernidade é uma forma de agir diferenciada, guiada por um *ethos*, ou uma ética muito específica, que substitui uma visão tradicional – baseada nas explicações mágicas e sobrenaturais – num processo de desencantamento do mundo. Este *ethos* está intimamente relacionado à noção de ação social.

A ação é, para Weber, o dado central de sua sociologia interpretativa, englobando os vários fazeres individuais e estando relacionada a um sentido subjetivo, que nada mais é que uma atribuição humana a processos e objetos (SILVA, 2015). A ação social, por sua vez, compreende aquela cujo sentido é orientado pelo comportamento

ou ações de outras pessoas (WEBER, 2014) que podem ter acontecido no passado, presente, ou serem esperadas para o futuro, sendo estes “outros” pessoas conhecidas ou desconhecidas, indivíduos ou uma pluralidade deles (SILVA, 2015). Dito isto, nem toda relação entre pessoas pode se configurar em ação social, visto que nem toda ação é determinada pela ação de terceiros (SILVA, 2015).

A ação social é analisada e explicada a partir de quatro tipos ideais – ou seja, tipos conceitualmente puros (ou tipos ideais), raramente encontrados na realidade exclusivamente da forma como são propostos:

- A ação racional referente a fins, cujo agente orienta sua ação ponderando os fins, os meios, as consequências secundárias. Em outras palavras, existe uma orientação por expectativas em relação ao comportamento dos objetos exteriores ao indivíduo, sendo estas expectativas utilizadas como meios para alcançar fins próprios, ponderados e perseguidos de forma racional;
- A ação racional referente a valores, cuja ação se orienta e é planejada em relação à convicção do indivíduo em valores, sejam eles éticos, estéticos, religiosos, ou outra causa de qualquer natureza, independente do resultado. Assim, “age de maneira afetiva quem satisfaz sua necessidade atual de vingança, de gozo, de entrega, de felicidade, contemplativa ou de descarga de afetos (seja de maneira bruta ou sublimada)” (WEBER, 2014, p. 15);
- A ação tradicional, que é orientada pelo costume arraigado, muitas vezes não passando de uma “reação surda a estímulos habituais que decorre na direção da atitude arraigada” (WEBER, 2014, p. 15);
- A ação afetiva, orientada especialmente por aspectos emocionais como os afetos.

Importante ressaltar, em primeiro lugar, que por serem tipos ideais, é possível observar estes diferentes tipos de ação em menor ou em maior grau de existência num mesmo fenômeno. Como discutiremos adiante, a modernidade nos contextos periféricos é híbrida e complexa, sendo estes tipos ideais weberianos somente pontos de partida para a compreensão das categorias “moderno” e “tradicional”. Também é possível observar que apenas duas dessas ações possuem um caráter racional, ou seja, apenas na ação racional referente a fins e na ação racional referente a

valores existe uma relação de sentido no qual a pessoa determina sua ação causalmente pela ação de outra pessoa. Os outros tipos de ação, por sua vez, teriam um caráter mais reativo e espontâneo, estando localizadas na fronteira do que Weber (2014) considera ação social, ou seja, a ação tradicional, bem como a ação afetiva, muitas vezes são apenas expressões impensadas de crenças, afetos e costumes arraigados.

Para Weber (2014), a modernidade pode ser caracterizada pela predominância da ação social racional sobre os outros tipos de ação, mais especificamente, da ação racional referente a fins, estritamente ligada à compreensão de interesses. É neste sentido que se fala que a modernidade é marcada pela racionalização que, conforme afirma Thiry-Cherques (2009, p. 902), “significa a redução à racionalidade de todos os aspectos da vida social”, e cujo processo é marcado por aspectos como “a substituição impensada do costume antigo; a adaptação deliberada do trabalho e da vida em termos dos interesses imediatos [...] a racionalização consciente dos valores últimos, dos costumes, dos valores afetivos e o ceticismo moral” (THIRY-CHERQUES, 2009, p. 903). Dito isto, é importante destacar já neste momento que entendemos como tradicional tudo aquilo que se aproxima do “não racional”, que se sustenta por meio da manutenção de costumes (sejam eles familiares, comunitários, de classe), crenças ou afeições.

Nos estudos de Weber (2005), a religião e a ciência tiveram papel fundamental na origem da racionalização. A religião, em especial, foi essencial para a construção de uma ética protestante que dava espaço à lógica racional, principalmente no que diz respeito à acumulação material, o que foi a base para a construção de um “espírito do capitalismo”, que para Weber (2005, p. 48), “não se trata de mera astúcia de negócios, o que seria algo comum, mas de um *ethos*” feito de normas, cujo cumprimento se torna um dever.

Assim, a revolução protestante trouxe a noção de ascetismo intramundano, cuja ideia era praticar a santificação na vida cotidiana, e que era contrário ao ascetismo extramundano pregado pelo catolicismo. Com seu alto grau de racionalização, o ascetismo intramundano engendrou o espírito do capitalismo, produzindo pessoas capazes de canalizar seus esforços produtivos para o trabalho (visto como uma vocação) e, conseqüentemente, para a orientação política capitalista estabelecida, o que lhes garantiriam estarem mais próximos da salvação divina (WEBER, 2005). Dessa forma, a ascese intramundana, ou seja, o adiamento do prazer na

terra para garantir a graça divina, marca a modernidade, produzindo um *ethos* cuja base está no dever de trabalhar, seguindo a vocação para o trabalho, o que conduz ao ascetismo na contenção e no consumo.

Outro aspecto crucial da modernidade, discutido por teóricos da sociologia da modernização e que, em certa medida, foi consequência desse novo *ethos* baseado na ação racional com base nos fins, é a valorização dos atributos ligados ao esforço próprio e à realização pessoal, chamados “papéis adquiridos”. Tal valorização teria substituído a importância dos atributos herdados da família e da origem social, chamados “papeis atribuídos” (HELAL, 2015). De acordo com Helal (2015), o argumento da teoria sociológica da modernização é que, com a industrialização das sociedades, os elementos tradicionais ligados a origem social, teriam perdido a importância, e a modernidade se destacaria pela racionalização, que leva a uma valorização das conquistas individuais. Entretanto como será observado adiante, no contexto brasileiro, nordestino e agrestino, essa racionalização e conseqüente modernização plena não se efetua, em função do aspecto híbrido predominante nessas realidades.

Por outro lado, é importante registrar que o espírito do capitalismo, que marca a modernidade, de acordo com Weber (2005, 2014), já não existe mais nos dias de hoje, restando apenas o desencantamento do mundo e a idolatria pragmática do concreto (THIRY-CHERQUES, 2009). Assim, a modernidade, na forma como Max Weber a pensou, teria assumido novos contornos, sem dúvidas, decorrentes da configuração anterior. É em Beck (2011) que buscamos elementos para compreender estes novos contornos da modernidade na contemporaneidade.

Para este autor, é possível observar na contemporaneidade (e principalmente nos países ocidentais “centrais”) uma nova configuração social baseada na reflexão sobre a modernidade, ou simplesmente, uma modernidade reflexiva ou modernidade tardia. Esta modernidade seria resultado da passagem da lógica da distribuição de riqueza da sociedade socioindustrial, para a lógica da distribuição dos riscos produzidos por esta sociedade, riscos estes entendidos como problemas decorrentes do próprio desenvolvimento técnico-econômico (tanto no âmbito do meio ambiente quanto das garantias sociais etc.).

Neste sentido, Canclini (2013) parece concordar com Beck (2011), uma vez que afirma que aquilo que se chama comumente de pós-modernismo, na verdade, é um momento no qual se problematizam os equívocos

criados pela modernidade ao tentar excluir ou superar as tradições para se impor. Para este autor, “não chegamos a uma modernidade, mas a vários processos desiguais e combinados de modernização” (CANCLINI, 2013, p. 154). Ou seja, a modernização se dá de várias formas (na contemporaneidade, se daria de forma reflexiva), e ainda não parece ter sido “superada”, conforme insistem os pós-modernistas, principalmente no contexto dos “países periféricos”, como veremos mais adiante.

A grande marca dessa modernidade reflexiva seria a individualização, processo que já se deu em outros momentos da história, como o próprio Weber e outros teóricos da sociologia da modernização (conforme discute Helal (2015)) chegaram a observar, mas que assume característica singular na contemporaneidade, uma vez que fragmenta a unidade da “comunidade mediada pelo mercado” e marcada pelas divisões estamentais que Weber nomeou de “classes sociais” (BECK, 2011, p. 127).

Em países desenvolvidos como a Alemanha, essa individualização seria resultado do desenvolvimento do Estado de Bem Estar Social, que promoveu um “plus coletivo em termos de renda, educação, mobilidade, direitos, ciência e consumo de massa” (BECK, 2011, p. 114), dissolvendo identidades e vínculos subculturais de classe. Essa individualização, marca da chamada sociedade de risco, é definida como:

Uma “individualização” tripla: desprendimento em relação a formações e vínculos sociais estabelecidos historicamente, no contexto de domínio e provimento (“dimensão da libertação”), perda de seguranças tradicionais, com relação a formas sabidas de atuação, crenças e normas de direcionamento (“dimensão do desencantamento”) e – com o que o sentido do conceito se converte em seu contrário – uma nova forma de enquadramento social (“dimensão do controle e da reintegração”) [...] [especificados] de acordo precisamente com condições de vida (objetivas) e consciência (identidade, desenvolvimento da personalidade) (subjetiva) (BECK, 2011, p. 190).

As consequências dessa individualização na sociedade de risco são claras: Por um lado, os indivíduos limitam a história ao presente imediato, tornam-se a-históricos, e tudo passa a girar em torno do seu próprio ego; por outro, cada um busca moldar sua história com as próprias mãos, livrando-se cada vez mais das amarras coletivas. O que é exigido é um “modelo dinâmico de ação cotidiana, que tenha o ego como núcleo, [... ou seja,] uma visão de mundo autocentrada precisa ser desenvolvida (BECK, 2011, p. 200).

3 A MODERNIDADE NOS CONTEXTOS PERIFÉRICOS

Apesar de compreender que a modernidade e sua forma reflexiva são fenômenos em certa medida globais, por atingirem vários países, entendemos que as análises de Weber (2005, 2014) e Beck (2011) foram feitas em países “centrais”, onde estes fenômenos acontecem de forma ampla e evidente. Nos países chamados “periféricos”, entretanto, a modernização ocorreu de forma particular.

De acordo com Canclini (2013), no contexto latino-americano não houve uma modernização plena como a europeia, uma vez que não tivemos uma industrialização sólida, nem uma tecnificação generalizada da produção agrícola, muito menos uma organização sociopolítica baseada na racionalidade formal, conforme discutido em Weber (2014). A incerteza, que para Beck (2011) estaria essencialmente ligada à individualização, marca da modernidade reflexiva, para Canclini (2013), deriva principalmente dos cruzamentos socioculturais em que o moderno e o tradicional se misturam no contexto da América Latina. Os países latino-americanos seriam, portanto, “resultado da sedimentação, justaposição e entrecruzamento de tradições indígenas (sobretudo nas áreas mesoamericana e andina), do hispanismo colonial católico e das ações políticas educativas e comunicacionais modernas” (CANCLINI, 2013, p. 73), estes últimos denominados pelo autor de “ondas de modernização”.

A modernidade teria, sobretudo, um caráter político no contexto da América Latina, uma vez que é entendida por Canclini (2013) como uma verdadeira máscara criada pelas elites e pelo aparelho estatal para manter estruturas de poder arcaicas. A democracia seria um exemplo de elemento moderno que é combinado com estruturas de poder baseada em valores patriarcais, mascarando interesses das elites.

Apesar disso, Canclini (2013) reconhece que as camadas populares também podem combinar elementos modernos e tradicionais. Estes entrecruzamentos entre elementos modernos e tradicionais são entendidos por Canclini (2013) como hibridações, que seriam processos nos quais estruturas e práticas discretas se combinam para formar novas estruturas, objetos e práticas. Esta hibridação se articula com estratégias de reconversão, nas quais um patrimônio é transformado para ser reinserido em novas condições de produção e mercado.

A exemplo de um país latino americano que possui esta característica híbrida, Souza (2000) discute a modernização brasileira, que se deu de forma essencialmente seletiva. Para este autor, é apenas no século XIX (mais especificamente no ano de 1808), quando acontece a “reeuropeização” do Brasil, que “a ideia de ‘modernidade’ enquanto princípio ideologicamente hegemônico se consolida na sociedade brasileira” (SOUZA, 2000, p. 239).

É neste momento que os valores universalizantes e individualistas chegam ao Brasil, e com eles um sistema social regido por código valorativo crescentemente impessoal e abstrato, e uma opressão exercida menos por senhores contra escravos e mais por portadores de valores europeus contra pobres, africanos, índios. Estes valores, entretanto, não foram facilmente aceitos pela sociedade brasileira da época. Eles eram valores estranhos a todos, e se opunham ao já estabelecido familismo do patriarcalismo rural.

É desse confronto entre a modernidade europeia com uma sociedade patriarcal já constituída, que se dá uma modernização híbrida no Brasil, de acordo com Souza (2000). Modernidade já burguesa, mas ainda patriarcal, sendo esta última revestida de impessoalismo, ou seja, não mais familística, mas exercida pelo próprio Estado.

Esta modernização seletiva, ao mesmo tempo que abriu espaço para a ascensão de mulatos (que, num processo de embranquecimento, se engaja no esforço de modernização, qualificando-se), criou párias urbanos e rurais (geralmente negros, que perderam espaço com a ascensão da máquina), excluídos pelo processo de industrialização, mantidos como subhomens, ou nos termos da nova ordem política, subcidadãos (SOUZA, 2000). Assim, fica claro o motivo de algumas desigualdades sociais observadas especificamente no contexto brasileiro, e que seriam fruto dessa modernização seletiva, que excluiu diversos grupos do processo de modernização.

Esta especificidade da modernização brasileira assume contornos ainda mais singulares quando nos voltamos para a realidade do Nordeste brasileiro, conforme discute-se abaixo na seção abaixo.

3.1 O NORDESTE BRASILEIRO

A região Nordeste cobre cerca de 20% da área nacional (ARAÚJO, 2004), e é extremamente plural em sua formação social, econômica e

cultural. É importante estabelecer a compreensão dessa pluralidade a fim de tentar superar os vários estereótipos construídos em torno de sua concepção. Concordamos com Albuquerque Jr. (2011), para quem é necessária uma desconstrução da própria ideia de região, e da sua “ilusão referencial”, tomando-a como uma invenção e criação histórica. A identidade regional, neste sentido, para o autor, passa a ser entendida como uma generalização intelectual que busca dar conta de uma enorme variedade de experiências, que estão em constante batalha, e que precisam ser explicitadas.

Conforme discute Canclini (2013), ao compreender que nossa sociedade é composta por processos incessantes e variados de hibridações, fica evidente o risco de se delimitar identidades locais auto contidas que buscam se afirmar radicalmente como opostas à sociedade nacional e global (como recorrentemente acontece ao se discutir a identidade regional do Nordeste brasileiro), tornando-se necessário problematizar e relativizar o conceito de identidade, entendendo-as como estruturadas em meio a “conjuntos interétnicos, transclassistas e transnacionais” (CANCLINI, 2013, p. XXIII).

Em relação aos aspectos sociais, pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2013) ajudam a compreender a realidade nordestina. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada em 2012, a região do Nordeste brasileiro apresentava maior taxa de analfabetismo em relação às demais regiões do país, bem como maior taxa de desocupação de pessoas de 16 anos ou mais idade, sendo a maior parte dessas pessoas, mulheres de 16 a 24 anos. Além disso, segundo dados do Ministério da Saúde de 2010, a região apresentava maior taxa de mortalidade infantil (menores de 1 ano) e a segunda maior taxa de mortalidade na infância (menores de 5 anos), perdendo apenas para o Norte do país (IBGE, 2013). Tais dados demonstram uma realidade com sérios problemas de desigualdade, estando em situação de desvantagem em relação às demais regiões brasileiras, no que se refere ao desenvolvimento social.

No período colonial, Bernardes (2007) discute a ação dos europeus que descaracterizaram as atividades anteriormente desenvolvidas nessa região, impondo-lhes um novo conjunto de valores, de atividades, e de um novo complexo cultural. Esta imposição, no entanto, não se deu de forma pacífica, o que resultou na criação de dois aspectos que o autor considera como fundamentais para a formação da ideia de Nordeste.

O primeiro seria “a formação de uma elite de proprietários, militares, letrados, altos funcionários, clérigos, comerciantes que possuem laços de parentesco ou de interesses que ultrapassam as fronteiras das respectivas capitanias e que elaboram pouco a pouco uma identidade comum, não necessariamente contrária, mas distinta da identidade do colonizador” (BERNARDES, 2007, p. 52). O segundo aspecto foi a formação de um território, tendo por base o espaço geográfico, mas, sobretudo, a implantação de estruturas administrativas, de uma base produtiva voltada para a exportação de produtos primários, a grande propriedade, a escravidão (BERNARDES, 2007, p. 52).

Sobre essa estrutura produtiva, a utilização do espaço e dos recursos naturais e seus reflexos, Gilberto Freyre (2004) faz um importante registro. Para ele, existem vários Nordeste, entretanto, o da monocultura de cana, desenvolvido no extremo Nordeste, na região da zona da mata por excelência, foi o que deixou marcas mais profundas, marcas reconhecidas nacionalmente e internacionalmente. De acordo com Freyre (2004), o sistema de propriedade e de organização do trabalho instituído desde o período colonial no Nordeste da cana de açúcar foi de quase feudalismo, além de patriarcal, que apesar de seus elementos “doços”, como a relação mais amena dos senhores com seus escravos, e de ter deixado um forte legado intelectual e artístico, foi mórbida por destruir as matas e os animais que ali viviam (para fazer prevalecer a monocultura da cana), por poluir os rios (através dos dejetos das usinas), por prejudicar a qualidade do solo de massapê, por reforçar os abismos sociais entre “homens de cor” e os europeus.

Atualmente, este sistema teria deixado várias marcas, e uma das mais fortes seria a forte concentração de propriedade territorial em verdadeiros principados e, conseqüentemente, o prestígio quase intocável de algumas famílias da região, que em tempos passados foram detentoras de grandes engenhos (engenhos estes que até hoje dão nome a muitas cidades da região), e por este motivo ainda exercem certa influência na política local.

Outro elemento interessante a ser destacado sobre a história do Nordeste é uma forte tendência separatista entre sul e norte desde a época do Império (1822-1889). Muitos autores da época entendiam que as diferenças entre o Norte e o Sul podiam pôr em risco a integridade do Império. A existência de revoltas comprovaria este fato, como, por exemplo, “a

Revolução de 1817, a Confederação do Equador (1824), a Revolução Praieira (1848), a Guerra dos Maribondos (Ronco da Abelha, na Paraíba) (1852), os Quebra-quilos (1874-1875)” (BERNARDES, 2007, p. 61).

O Nordeste, entretanto, não era uma área geograficamente delimitada antes da instituição do Estado nação, ou seja, durante todo o período colonial. E, mesmo depois da criação do Estado nação, durante todo o império, a divisão regional existente era norte e sul do país. É com o “boom” da borracha, no período da república (1889-1930), e em decorrência de certa influência francesa na forma de dividir territórios por regiões, que surge a necessidade de diferenciação entre Norte e Nordeste. Entretanto, foi somente a partir de 1930, no período do chamado Estado Novo, que o Nordeste se constituiu plenamente como uma região com delimitação oficial (BERNARDES, 2007).

Também é a partir dessa época que uma “geografia cultural” passa a se instaurar através de grandes autores e autoras como Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz, José Lins do Rego (BERNARDES, 2007). A criação dessa “geografia cultural” estaria atrelada a um projeto de construção de identidade nacional e regional durante o Estado Novo (OLIVEIRA, 2007).

Assim, apesar de na primeira república já surgirem alguns dos movimentos sociais e fenômenos políticos que tiveram um papel fundamental na cristalização de persistentes imagens e clichês sobre o Nordeste, e que até hoje não foram superados – como o “cangaceirismo, o coronelismo e a manifestação de uma religiosidade popular de base, sobretudo agrária, desenvolvida em torno da figura do padre Cícero Romão Batista, vigário de Juazeiro, no Ceará” (BERNARDES, 2007, p. 66), e que deixou como herança uma imagem de fanatismo e loucura religiosa que ainda hoje acompanha os nordestinos (ALBUQUERQUE JR., 2011) – no período do Estado Novo, muitas outras imagens sobre o Nordeste foram construídas, em função do projeto nacional-regionalista.

Como ressalta Oliveira (2007, p.3), neste período surgem ideias de

seca, cangaço, messianismo, lutas entre famílias, [...] o cangaço, o beato, o jagunço, o coronel [...] A ideia de Nordeste que foi sendo construída definia a região como o lugar do atraso, do rural, e do passado que resiste às mudanças. Ao mesmo tempo, [...] se constrói a imagem do Sul como espaço do progresso, da indústria, do futuro.

A política de nacionalização do Estado Novo, conforme ressalta Oliveira (2007), buscava unificar, construindo uma totalidade brasileira e regional, superando suas complexidades locais. O chamado regionalismo realista-naturalista teve papel fundamental na criação desses estereótipos do Nordeste, reforçando, por muito tempo, a noção de Nordeste como atrasado. Segundo este “paradigma regionalista”, o meio explicaria o comportamento das pessoas e a situação a que elas eram submetidas. Por exemplo, o “atraso”, a “lenta mobilidade” e a difícil adaptação do elemento europeu na realidade brasileira e nordestina foi, por muito tempo, explicado pelo calor dos trópicos ou pela mistura de raças (VASCONCELOS, 2006).

A ideia da seca, em particular, sempre esteve atrelada ao Nordeste, e foi tratada de diversas formas, o que ilumina a questão regional e possui prolongamentos no presente (BERNARDES, 2007). O próprio Freyre (2004) alude que a palavra “nordeste” se tornou por muito tempo e em muitos meios desfigurada pela expressão “obras do nordeste” que significa “obras contra a seca”.

Para Durval Albuquerque Jr., o marco inicial da invenção do Nordeste seria a grande seca de 1877, quando a decadência se instava inquestionável (OLIVEIRA, 2007). Albuquerque Jr. (2011) aponta que o “discurso da seca” e sua “indústria” foram, por muito tempo, a principal forma do Nordeste conseguir recursos, e de se posicionar no aparelho de Estado, diante da decadência de suas atividades econômicas principais: a produção de açúcar e algodão.

Este discurso da seca, que traçava um verdadeiro “quadro de horrores”, foi um dos principais responsáveis pela unificação dos interesses regionais, envolvendo os vários estados que eram de alguma forma atingidos pela seca, em práticas políticas e econômicas. Importante ressaltar, entretanto, que este discurso beneficiava em grande medida as classes dominantes (ALBUQUERQUE JR., 2011).

O estereótipo do cangaceiro também esteve fortemente presente na formação do Nordeste. Um discurso solidário entre os parlamentares nortistas no congresso era, por exemplo, o do combate ao cangaço, que exigia uma atuação conjunta repressiva dos estados. Diante disso, Albuquerque Jr. (2011, p. 82) entende que “o Nordeste é, pois, uma região que se constrói também no medo contra a revolta do pobre, no medo da perda de poder para a ‘turba de fascínoras que emprestavam o sertão’”.

Dessa forma, o Nordeste emergia como um “grande espaço medieval” a ser superado pelos “influxos modernizantes, partidos de São Paulo”, e como um espaço que estimulava a curiosidade dos sulistas, sendo descoberto como “um bom tipo para espetáculos de humor” (ALBUQUERQUE JR., 2011, p.58), ou como um repositório de uma cultura folclórica, tradicional (como é possível observar nas obras de autores como Euclides da Cunha e Monteiro Lobato).

O norte, assim, estava condenado pelo clima e pela raça à decadência. O calor e a umidade geravam abatimento físico e intelectual, levando à superficialidade e ao nervosismo. O nortista era, geralmente, pequeno e descarnado, com tendência à fixação do esqueleto defeituosa, sobretudo na ossatura torácica, cervical e craniana e tendendo a envelhecer precocemente (ALBUQUERQUE JR., 2011, p. 71).

A partir dos anos 1930, para o autor, o regionalismo realista-naturalista dá lugar, progressivamente a uma proposta de modernização e de unidade nacional. É neste momento que o Nordeste se estabelece como região com delimitação oficial. Essa transição, entretanto, se dá em função de um interesse político de unificação do espaço cultural do país a partir de São Paulo e da linguagem e visão modernistas, afirma Albuquerque Jr. (2011).

Esta política modernizante, industrializante e nacionalista, só teria aprofundado as distâncias entre sul e Nordeste, subordinando esta última cada vez mais, fazendo-a aceitar sua posição subalterna na estrutura de poder do país. O Nordeste se torna uma região dependente dos subsídios que recebe, e que se constituem verdadeiras esmolas, empréstimos não pagos, isenções fiscais e recursos de combate à seca que são desviados. É a terra dos “conchavos políticos das elites políticas para a manutenção de privilégios” (ALBUQUERQUE JR., 2011, p.88).

Aqui, mais uma vez, é possível perceber, em função da formação social, econômica e cultural da região, a existência de um hibridismo entre tradicional e moderno na própria invenção do Nordeste, invenção esta que abarca interesses muito específicos, tanto de grupos dominantes da região, que buscam manter seus privilégios, quanto dos grupos que compõem a região sul, que buscam manter o Nordeste numa posição subalterna.

A formação da ideia de Nordeste se caracteriza, portanto, da necessidade de instituir uma origem para a região, condizente com um projeto nacionalista-regionalista, mas também de manter a região como

subalterna. Busca-se “inventar uma tradição” que, na verdade, objetiva garantir a perpetuação de privilégios e lugares sociais ameaçados. Isso porque discurso tradicionalista folclórico, criado em defesa da autenticidade regional, tem em si função disciplinadora, de manutenção de uma ordem social. Através da ideia de “amor pela tradição rural”, da exaltação de tipos humanos honrosos, bravos, ingênuos, da preservação da “alma brincalhona e pungente das festas e dos engenhos do sertão nordestino”, esse folclore mascara conflitos de poder, injustiças, misérias e discriminações, além de tentar evitar que os nordestinos se apropriem de sua própria história (ALBUQUERQUE JR., 2011).

Mesmo com uma suposta superação do discurso regionalista folclórico, com a produção artística “de esquerda” e marxista, que retratava um Nordeste avesso ao espaço romanceado da burguesia, com heróis revolucionários como Lampião, Zumbi, Besouro, Albuquerque Jr. (2011) entende que se acabou reforçando uma série de imagens ligadas à região que remetiam à seca, ao nordestino enquanto espoliado, carente, filho das oligarquias. Limita-se mais uma vez o Nordeste a sínteses, reduzindo a historicidade humana nordestina em todas as suas dimensões.

É nos anos 1950 que o Nordeste passa por mais uma onda de modernização (nos termos de Canclini, 2013). O relatório do Grupo de Estudos para o Desenvolvimento da Região Nordeste (GTDN), editado por Celso Furtado, constatou as limitações no desenvolvimento econômico na região, e propôs que se estimulasse a industrialização no Nordeste como forma de superar os problemas gerados pela sua arcaica base de agro-exportação (ARAÚJO, 2004).

Nesse período desenvolvimentista (marca do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961)) foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que propunha basicamente, através de uma nova política baseada em diagnóstico da situação, “o rompimento com a vigente política de combate às secas, que apenas beneficiara o latifúndio tradicional, um reordenamento da propriedade fundiária na zona da mata e o fortalecimento de uma burguesia industrial e, conseqüentemente, expansão da classe de trabalhadores assalariados” (BERNARDES, 2007, p. 74).

De acordo com Araújo (2004), a SUDENE concentrou seus esforços e recursos federais em pesquisar os recursos naturais do Nordeste (principalmente recursos minerais), e a expandir economicamente a infraestrutura

da região (principalmente o transporte e a energia elétrica). Para a autora, esses investimentos foram impulsionadores do crescimento que se seguiu, e do aumento dos investimentos privados, tanto na indústria quanto no setor terciário da região. De uma forma geral, o Nordeste foi a região que mais cresceu em termo de PIB no Brasil nos anos 1960, 1970 e 1980, além de ir se transformando gradualmente numa região industrial especializada em bens intermediários (produzindo bens de consumo não duráveis, como os têxteis e alimentícios), o que caracteriza uma grande mudança em relação aos anos anteriores (ARAÚJO, 2004).

O período da ditadura militar, apesar de extremamente repressivo com as classes populares, não impediu o crescimento econômico da região. Para Bernardes (2007, p. 75),

A ditadura, instaurada em 1964 e que duraria até 1985, encontrou no Nordeste uma grande base de apoio, entre parte da classe política e a quase totalidade dos proprietários e empresários, de parte do clero, muito da classe média e de intelectuais. Interesses de classes, agressivo anticomunismo e oportunismo deslavado juntaram-se para louvar a revolução redentora.

Apesar da ditadura e das crises internacionais que assolaram o país e o mundo, Araújo (2004) mostra, em números, que a região Nordeste teve alto crescimento econômico até os anos 90 em função, principalmente, do alto investimento de empresas nacionais. Esse crescimento, vale ressaltar, se dá no âmbito das grandes indústrias, visto que pequenos agricultores de algumas pequenas indústrias da região ainda são prejudicados, principalmente em períodos de seca.

Araújo (2004) mostra, por exemplo, que a indústria do cacau e do algodão foram resistentes às mudanças socioeconômicas provindas da modernização da região Nordeste. De acordo com a autora é nessas áreas resistentes às transformações modernizantes em que há rigidez das estruturas socioeconômicas antigas e o domínio político das oligarquias tradicionais. Isso porque estas áreas são áreas de ocupação mais antiga, em que as estruturas tradicionais tem criado mecanismos de autopreservação, e nas quais ainda há uma elevada concentração de terras nas mãos de pouquíssimos produtores, concentração esta observada desde o período colonial, nas análises de Freyre (2004).

Como resultado, é possível observar uma modernização na região, com base nas estruturas tradicionais que não foram apagadas, mas que continuam

crescendo, resistentes. Para Araújo (2004), portanto, o grande crescimento e consequente hegemonia da pecuária (que se deu com o projeto modernizante do desenvolvimentismo) se deu por meio do fortalecimento das estruturas tradicionais existentes na região, o que não só agravou a concentração de terra, mas provocou outros problemas, a exemplo da diminuição da produção de alimentos e o aumento sem precedentes da emigração rural. Assim, conclui a autora, a modernização no Nordeste foi conservadora, uma vez que houve modernização da tecnologia, mas a concentração de terras aumentou.

Uma vez que buscamos desconstruir a visão unificada sobre esta região, é importante ressaltar a existência de vários Nordeste, e se debruçar sobre aquele que constitui o interesse investigativo desse ensaio, nomeadamente a região do Agreste pernambucano, discutido na seção a seguir.

3.2 O AGRESTE PERNAMBUCANO

Localizada numa faixa entre a Zona da Mata e o Sertão de Pernambuco, cobrindo quase que totalmente a região do interior do Nordeste brasileiro chamada Planalto da Borborema (SÁ, 2015; XAVIER, 2006), tendo área aproximada de 24,4 mil km², representando 24,7% do território pernambucano, e com população de cerca de 1,8 milhão de habitantes (COELHO, 2014), o Agreste pernambucano carrega em si elementos da formação do Nordeste como um todo, sendo “vítima” das sínteses e estereótipos relacionados à seca, ao messianismo, ao cangaço, conforme discutido anteriormente, mas apresentando especificidades em sua constituição social, econômica e cultural.

Essas especificidades justificam a escolha dessa região para realização da presente discussão teórica, uma vez que é nela que podemos observar forte hibridismo entre elementos tradicionais e modernos por meio das feiras ali realizadas. Tais feiras, de acordo com Burnett (2014), além de serem locais de trocas, funcionam também como elemento e espaço de articulação social, com estruturas e significações diversas (como é possível observar nas diferentes feiras, como a do gado, do artesanato, da sulanca etc.), nas quais os diversos personagens assumem o compromisso de serem protagonistas centrais, enredando e transformando o cenário no qual atuam (BURNETT, 2014, *apud* GARCIA, 1984). Dessa forma, esta região apresenta-se como um contexto singular para a realização de pesquisas de caráter local, que abarca também aspectos globais, tal como o fenômeno da modernização.

Historicamente, a fonte de renda dessa região já esteve associada à plantação de algodão (século XVIII), à criação de gado (século XVII) e à cultura de subsistência, esta última marcando fortemente as relações de produção dessa região, visto que parcerias entre produtores e donos de terra e estruturas de poder entre latifúndios e minifúndios eram comuns (XAVIER, 2006). A produção de algodão, em especial, despontou no mesmo período da Revolução Industrial na Inglaterra, sendo a produção anterior da região marcada pela produção e comercialização da pecuária e da venda do couro (XAVIER, 2006).

Nascimento e Ferraz (2013) afirmam que hoje essa região é fortemente marcada por uma economia voltada para o comércio, que, em grande parte, gira em torno da confecção de roupas. Tal atividade surgiu com maior intensidade a partir dos anos 1960, na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, em decorrência da articulação de vários elementos como: o declínio da agricultura (os pequenos agricultores eram expulsos de suas terras para que estas fossem agregadas às grandes propriedades que passaram a produzir mercadorias ligadas à bovinocultura); a consequente migração do campo para as cidades (principalmente para a cidade de Santa Cruz do Capibaribe); o crescimento de atividades terciárias; a expansão das atividades agropecuárias leiteiras da região que aumentaram o mercado interno e beneficiaram a infraestrutura no que se refere ao sistema viário de transporte; o aprendizado doméstico das mulheres em costura (XAVIER, 2006; ANDRADE, 2008). O fato de essa atividade ser menos dependente da água numa região de semiárido também foi um fator crucial (SEBRAE, 2013).

Dessa forma, criadas as condições iniciais para o desenvolvimento das atividades relativas à confecção, esta foi se expandindo até adquirir os moldes atuais, de arranjo produtivo organizado e estruturado, responsável pela geração de emprego e renda de boa parte da população do Agreste (ANDRADE, 2008). Em função dessa atividade surgiu, nessa região, o segundo maior polo de confecções do país, o chamado Polo de Confecções do Agreste de Pernambucano, no qual se construiu uma dinâmica formal-informal singular, que caracteriza, segundo Vêras de Oliveira (2013), um “mosaico socioeconômico” sem precedentes.

De acordo com Sá (2013, p. 113), nas últimas décadas, a região vem apresentando mudanças no modo como seus habitantes vivem e trabalham em decorrência de uma nova ordem mundial, que “desloca

para a periferia do sistema um aparato produtivo que durante certo tempo foi principalmente inerente à ideia de centro-urbano-capital”. Deste Polo de Confecções fazem parte dez municípios do Agreste pernambucano, entretanto, Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe são responsáveis por 77% do PIB produzido por todo o Polo, com 66% da população de todo ele. Também foi nessas três cidades que o Polo primeiro se desenvolveu, e em termos do número de empresas, elas respondem por cerca de 77% do conjunto do Polo (SEBRAE, 2013).

Em relatório sobre o Polo, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2013) destaca uma “modernização truncada”, dado que, se por um lado, mudanças visíveis vêm acontecendo como a incorporação de novas tecnologias e o aumento da qualidade do produto vendido (saias, blusas, calças), por outro, a “antiquada forma de administrar os negócios” prevalece, pouco diferindo do quadro de dez anos atrás, assim como o “uso limitado e ineficiente do crédito”. Esta “forma antiquada” de administrar os negócios, mencionada pelo relatório, relaciona-se principalmente à informalidade – em grande medida porque permite aos microempresários pagarem poucos impostos, direitos e obrigações trabalhistas – e à baixa qualificação da mão de obra. Neste sentido, de acordo com o SEBRAE (2013, p. 71) “uma modernização truncada está em andamento – e o tronco ainda tem muito pouca altura”.

Nessa região, a cidade de Caruaru chama a atenção por suas singularidades. Localizada na mais precisamente no Vale do Ipojuca, e conhecida também como “Princesa do Agreste”, “Capital do Agreste”, e “Capital do Forró”, é o quarto município mais populoso do estado de Pernambuco, com 338 mil habitantes, área territorial de 921 km², e situada a 135 km do Recife, de acordo com Coelho (2014) e dados disponíveis no site da prefeitura da cidade (<http://www.caruaru.pe.gov.br/sobre-caruaru>, recuperado em 10, fevereiro, 2015). Além disso, representa o 7º maior PIB do estado e recebeu o título de maior centro de artes figurativas da América Latina (COELHO, 2014).

A cidade também se destaca em termos turísticos, principalmente em função das festividades juninas, típicas dessa região (BARBOSA FILHO, 2010). No mês de junho ocorrem as festas de São João na cidade, promovidas por órgãos públicos municipais e estaduais, e por empresas. É desses festejos que advém a denominação “Capital do Forró”, como Caruaru também é conhecida, e é neste período que a cidade atrai inúmeros

turistas, com o chamado “Maior São João do Mundo”, adquirindo uma dinâmica singular de trocas, de mobilidade urbana, e de festividades, que ocorrem em diferentes pólos (SANTOS; ALMEIDA; HELAL, 2016). É também no âmbito dessas festividades juninas que é possível observar coexistências e tensões entre elementos modernos e tradicionais, principalmente na tentativa de manter tradições culturais como a do pífano, da arte feita em barro, do forró pé-de-serra frente a tendência dos grandes shows e eventos realizados muitas vezes para promover grandes marcas.

Nesta cidade, o aspecto comercial é bastante forte, conforme destaca Barbosa Filho (2010), especialmente as feiras (da sulanca, de gado, de artesanato, e outras), pois foi a partir delas que a cidade se tornou conhecida nacionalmente, inclusive através da música “A Feira de Caruaru”, de autoria de Onildo Almeida, e cantada por Luiz Gonzaga. Existentes desde o século XVII no Agreste pernambucano, as feiras eram o espaço onde a população se reunia em torno de suas necessidades de organização política, social e econômica (XAVIER, 2006). Hoje, pessoas de vários lugares do país se dirigem a essas feiras que acontecem em Caruaru, fazendo dessa cidade um centro comercial.

Para Nascimento e Ferraz (2013, p. 128):

A feira faz parte do dia a dia da população, mudando o ritmo da vida semanalmente, seja pela participação direta na compra ou venda de produtos, como com relação a outros aspectos, tais como o aumento do volume de carros no centro da cidade, a vinda de pessoas de outros estados ou a participação de artistas que se apresentam publicamente.

Assim, foi e é por meio da feira que Caruaru adquiriu e adquire constantemente certa centralidade na região do Agreste pernambucano, o que influenciou questões como o transporte (existe uma dinâmica de transporte informal entre Caruaru e várias cidades do seu entorno, principalmente em função das feiras, desenvolvida pelos chamados “toyoteiros”), e a oferta de educação formal (BARBOSA FILHO, 2010).

Os feirantes do Agreste pernambucano, estudados por Sá (2013), representam em muitos sentidos os membros das classes populares brasileiras, que montam seus “negócios” para darem subsistência à sua família, como reforça este autor. A condição dupla do feirante (no sentido de ser moderna e tradicional), conforme frisa Sá (2013), ilustra o confronto característico de realidades periféricas, “entre ter vindo ao

mundo configurado de determinado modo [informal, improvisado] e ser projetado para um ‘outro’ [moderno, formal] com distinta configuração e noção de temporalidade” (SÁ, 2013, p. 109).

Em anos recentes, as atividades da feira tem passado por uma modernização, cujos principais aspectos são a reelaboração da imagem da feira, a reelaboração discursiva (de “Feira da Sulanca” para “Polo de Confeções”), e a mudança na compreensão de quem é o próprio sulanqueiro, que passa a ser visto como “empresário” ou “empreendedor”. Essa modernização, entretanto, é marcada pela coexistência com elementos tradicionais, evidentes na existência de fábricas, fabricos e facções; de lojas, boxes e bancos; das feiras da sulanca e de centros comerciais; de sacoleiros, representações comerciais e atacadistas.

Como, destaca Sá (2015, p. 155):

[...] grande parte das pessoas envolvidas com a atividade [do trabalho no Polo de Confeções] ainda a observa, e nela atua, nos termos do comércio de feira de rua que marcaram a história coletiva local. Ao conversar com muitos deles pude perceber uma clara referência e identificação com as coisas e os termos da sulanca. Os seus interesses estão vinculados à manutenção daquele modo de produção e comercialização informal, que garante não somente a subsistência da família, mas também as possibilidades de êxito econômico e ascensão social. Há muitos deles que se colocam como sulanqueiros de sucesso sem, obrigatoriamente, se verem ou se projetarem como empresários ou “empreendedores”. A produção aumenta, as vendas também, mais pessoas são contratadas para trabalhar para eles, porém tudo segue na informalidade.

É possível observar, portanto, que existem resistências por parte dos agentes que trabalham na feira, no que se refere a sua modernização. Estas diferenças apontam para a coexistência de vários formatos e significados atribuíveis ao trabalho pelos sulanqueiros que ali desenvolvem suas atividades.

O caráter familiar, informal e precário do trabalho desenvolvido neste polo é amplamente observado. Os trabalhadores recebem salários baixos, e a modernização se dá de forma híbrida, uma vez que se observa melhora na qualidade do produto, mas houve poucas mudanças na forma de administrar os negócios, que permanecem dependentes do aprendizado prático e da incorporação dos familiares nas funções mais qualificadas e melhor remuneradas (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013).

Conforme destaca Burnett (2014) sobre a feira da sulanca realizada em Caruaru e região, diversos são os elementos tradicionais que perduram na realização desta, e que se mesclam às modernizações pelas quais a feira vem passando. De acordo com a autora, a centralidade dos negócios ainda é a família, tendo os nexos de confiança nas relações comerciais lugar central; o ofício da costura ainda é transmitido oralmente entre gerações; o caráter improvisado, temporário e itinerante (características base das feiras nordestinas) ainda se evidenciam nas feiras atuais; em muitos casos, não existe separação entre o ambiente familiar e o ambiente de trabalho; os feirantes ainda preferem utilizar o “caderninho” para anotações, no lugar de novas tecnologias de controle financeiros e de estoque; o escambo, ou seja, troca de mercadorias entre comerciantes, ainda se mantém na prática comercial.

Para a autora, muitos dessas práticas advêm das raízes rurais que compõem a origem da feira. Sá (2015), por sua vez, refere-se a um “*habitus* feirante”, ou seja, um *modus operandi*, e um modo de ser e agir próprio de quem lida cotidianamente com a feira, seja direta ou indiretamente. Dentre as diversas facetas deste *habitus* estão a centralidade dos nexos de confiança, como já mencionado por Burnett (2014); a disposição para o trabalho duro e exaustivo, mencionado por Sá (2015); o saber negociar e “pechinchar”; a aprendizagem na prática do comércio e consequente baixa qualificação profissional (acredita-se que é mais importante trabalhar que estudar, pois a feira “rende”); a existência de linguagem específica (“nói vai” em vez de “nós vamos”, “arrente” em vez de “a gente”); a “docilidade” dos trabalhadores, que aceitam condições precárias de trabalho etc.

Entendemos que este *habitus* é, em certa medida, uma resposta periférica à modernização, tendo em vista que ele mescla os elementos tradicionais que perduram nas práticas cotidianas dos agrestinos aos elementos modernos impostos por uma cultura global, que visa a racionalização e individualização das relações sociais. Esta resposta evidencia formas singulares de existência e interação social no Agreste Pernambucano, que o tornam um contexto rico para realização de investigações científicas em diversos campos do conhecimento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ensaio, realizamos discussão teórica sobre a modernidade e sua condição híbrida no contexto do Nordeste brasileiro e do Agreste

pernambucano. A partir da discussão realizada, pudemos constatar que no contexto da América Latina, a racionalidade instrumental, baseada no cálculo utilitário das consequências, apesar de ser bastante difundida, convive com outros tipos de ação social, como a tradicional, na tentativa de assegurar a manutenção de costumes arraigados. Além disso, nas realidades periféricas, a diluição de classes e outras formações sociais tradicionais como a família, num processo de individualização, que caracterizaria a modernidade reflexiva (conforme discute Beck, 2011), parece não se efetivar. Estes vínculos sociais ainda influenciam a organização social nas sociedades periféricas, apesar de estarem combinados a elementos modernos.

Apesar disso, também é possível observar que a individualização, em certa medida, se aplica ao contexto latino americano e seus hibridismos, principalmente no que se refere a não existência de separação clara entre o público e o privado. Esta característica, apesar de atrelada à modernidade reflexiva (BECK, 2011), também se vincula fortemente às estruturas arcaicas de poder que ainda prevalecem principalmente no contexto nordestino, em função da força das relações patriarcais, que extrapolam o âmbito familiar e regem também o âmbito público.

Pudemos vislumbrar, portanto, a complexidade dessas realidades ao longo de suas construções históricas, que atrelam ação racional baseada em fins e em valores (associados principalmente à ação do Estado, enquanto instituição moderna), e ação tradicional (associado a formações sociais tradicionais cujo poderio se mantém no Nordeste e no Agreste, como família e classe). É possível perceber que a formação do Nordeste foi marcada por entrecruzamentos entre a tradição (ou seja, os elementos instituídos desde o período colonial, principalmente a organização social e de trabalho, baseadas, sobretudo na formação familiar), e aspectos modernizantes (como a onda de modernização que se deu nos anos 1930, com o Estado Novo, ou aquele que se deu a partir dos anos 1950, com a implantação da SUDENE), que coexistem, não de forma harmônica, mas por meio de conflitos diversos.

No caso do Agreste pernambucano, estes entrecruzamentos entre modernidade e tradicionalismo se evidenciam principalmente na relação entre a informalidade e precariedade do trabalho que se mantém na região (principalmente nas feiras), e o crescimento econômico da região, proveniente da indústria têxtil, que traz consigo exigências cada vez maiores de profissionalização.

Ao analisar as feiras características da região Agreste, é possível observar práticas tradicionais que se mesclam com a modernização recente, criando um modo de agir e interagir social próprio do Agreste (nomeado *habitus* feirante por Sá (2015)), que entendemos como uma resposta periférica ou uma apropriação que os sujeitos agrestinos realizam em relação à modernização.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *A Invenção do Nordeste e Outras Artes*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALCADIPANI, Rafael; KHAN, Farzad Rafi; GANTMAN, Ernesto; NKOMO, Stella. Southern voices in management and organization knowledge. *Organization*, v.19, n.2, p.131-143, 2012.
- ALLAN, Kenneth. Authority and Racionality – Max Weber (German, 1864-1920). In: ALLAN, Kenneth. *Explorations in classical sociological theory: Seeing the social world*. London: Sage, 2004.
- ANDRADE, Tabira de Souza. *Estrutura Institucional do APL de Confecções do Agreste Pernambucano e seus Reflexos sobre a Cooperação e a Inovação: O caso do município de Toritama*. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Northeast, Northeast: what northeast? *Latin American Perspectives*, v.31, n.2, p.16-41, 2004.
- BARBOSA FILHO, Bernardo de Lima. *Agreste Central de Pernambuco: uma visão sobre a viabilidade de sua metropolização*. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.
- BECK, Ulrich. *A sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BERNARDES, Denis de Mendonça. Notas sobre a formação social do Nordeste. *Lua Nova*, v.71, p.41-79, 2007.
- BURNETT, Annahid. O “ponto de mutação” da Sulanca no Agreste de Pernambuco. *História Oral*, v.17, n.2, p. 153-171, jul/dez, 2014.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
- COELHO, José Rafael. *Pifanos do Agreste*. Recife: Página 21, 2014.
- ELSTER, Jon. Marxismo, Funcionalismo e Teoria dos Jogos: Argumentos em favor do individualismo metodológico. *Lua Nova*, v. 17, p. 163-204, 1989.
- FREYRE, Gilberto. *Nordeste: Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Global, 2004.

HELAL, Diogo Henrique. Mérito, Reprodução Social e Estratificação Social: apontamentos e contribuições para os estudos organizacionais. *Organizações & Sociedade*, v.22, n.73, p.251-267, 2015.

IBARRA-COLADO, Eduardo. Organization studies and epistemic coloniality in Latin America: thinking otherness from the margins. *Organization*, v.13, n.4, p.463-488, 2006.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

NASCIMENTO, Fernando José; FERRAZ, Adilson. Condição (Des)Humana: O Trabalho no Agreste Pernambucano a partir de Hannah Arendt. In: SÁ, Márcio Gomes; HELAL, Diogo Henrique; FERRAZ, Adilson; SILVA, Jailson Pereira da. *Trabalho: Questões no Brasil e no Agreste Pernambucano*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A invenção do Nordeste e do nordestino – roteiro de pesquisa. In: *Anais do 13º Congresso Brasileiro de Sociologia*. Recife: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2007.

SÁ, Márcio Gomes de. Feirantes: Possíveis Contribuições. In: SÁ, Márcio Gomes; HELAL, Diogo Henrique; FERRAZ, Adilson; SILVA, Jailson Pereira da. *Trabalho: Questões no Brasil e no Agreste Pernambucano*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

_____. *Os filhos das feiras e o campo de negócios do Agreste*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade do Minho, Braga, 2015.

SANTOS, Elisabeth Cavalcante dos; ALMEIDA, Milene Félix; HELAL, Diogo Henrique. Representações como práticas organizativas da cidade de Caruaru/PE. *FAROL-Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, v. 3, n. 8, 2016.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. *Estudo Econômico do Arranjo Produtivo Local de Confeções do Agreste Pernambucano, 2012*. Recife: SEBRAE, 2013.

SILVA, Antônio dos Santos. *A Liderança como Relação Social: Uma Proposta de Abordagem Interpretativa a Partir da Teoria da Ação Social e das Estruturas Típicas de Dominação Weberianas*. Tese (Doutorado em Administração). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

SOUZA, Jessé. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Max Weber: o processo de racionalização e o desencantamento do trabalho nas organizações contemporâneas. *Revista de Administração Pública*, v.43, n.4, p.897-918, 2009.

VASCONCELOS, Cláudia Pereira. A construção da imagem do nordestino/sertanejo na constituição da identidade nacional. In: *Anais do 2º Encontro de Estudos*

Multidisciplinares em Cultura. Salvador: Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. 2006.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. O Pólo de Confeções do Agreste de Pernambuco: elementos para uma visão panorâmica. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; SANTANA, Marco Aurélio. ***Trabalho em territórios produtivos reconfigurados no Brasil.*** João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

WEBER, Max. ***A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.*** São Paulo: Martin Claret, 2005.

_____. ***Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.*** 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

XAVIER, Maria Gilca Pinto. ***O Processo de Produção do Espaço Urbano em Economia Retardatária: A Aglomeração Produtiva de Santa Cruz do Capibaribe.*** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.